Cadernos PROGRAD
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS
Pró-reitoria de Graduação | PUC Minas
Práticas Destaques v. 1 | 2026

Salvaguardas da vida cotidiana: memória, autoprodução do espaço e o direito à cidade

Everyday life safeguards: memory, self-production of space and the right to the city

Beatriz de Bastos Vieira Costa[*]
Viviane Zerlotini da Silva[**]

Resumo:
Este artigo apresenta e discute a experiência pedagógica desenvolvida na disciplina Teoria da Produção Habitacional, do curso de Arquitetura e Urbanismo, a partir do uso da plataforma digital Salvaguardas da Vida Cotidiana. A plataforma tem como objetivo registrar, por meio de entrevistas narrativas e visitas de campo, as memórias de luta cotidiana e coletiva de autoprodutores do espaço pelo direito de acessar a terra, a moradia, a cidade e a natureza. A prática combinou entrevista narrativa, preenchimento colaborativo de mapas digitais e estudo territorial de uma tipologia habitacional de interesse social, articulando referenciais teóricos sobre produção social da habitação, direito à cidade e memória, território e resistência. Os resultados indicam que a metodologia favoreceu a aproximação dos estudantes com histórias de luta pela moradia pouco documentadas, ao mesmo tempo em que desenvolveu competências técnicas relacionadas à leitura territorial, à cartografia social e à reflexão crítica sobre o papel do arquiteto e urbanista na produção habitacional.

Palavras-chave: prática pedagógica; memória urbana; produção social da habitação.

Abstract:
This article presents and discusses the pedagogical experience developed in the course Theory of Housing Production, within the Architecture and Urbanism program, based on the use of the digital platform Everyday Life Safeguards. The platform aims to register, through narrative interviews and field visits, the memories of everyday and collective struggle of space self-producers for the right to access land, housing, the city and nature. The practice combined narrative interviews, collaborative filling of digital maps and territorial study of a social housing typology, articulating theoretical references on the social production of housing, the right to the city, and memory, territory and resistance. The results indicate that the methodology favored students' engagement with poorly documented housing struggle narratives, while also developing technical skills related to territorial reading, social cartography and critical reflection on the role of the architect and urban planner in housing production.

Keywords: pedagogical practice; urban memory; social housing production.

[*] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
[**] Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Publicado em: 10/11/2026

1 INTRODUÇÃO

A produção da habitação no Brasil é, historicamente, marcada por processos de exclusão socioespacial que empurram parcelas significativas da população para as periferias e para formas de autoprodução do espaço urbano — vilas operárias, cortiços, favelas, loteamentos populares, ocupações urbanas e rurais, conjuntos habitacionais e mutirões autogestionários. Nesses territórios, moradores constroem, cotidianamente, estratégias de acesso à terra, à moradia e à cidade, muitas vezes na ausência ou na contramão de políticas públicas habitacionais. Essas estratégias, no entanto, raramente são registradas ou reconhecidas pela produção técnica e acadêmica em arquitetura e urbanismo, o que resulta no apagamento progressivo de memórias de luta fundamentais para a compreensão da produção social do espaço urbano brasileiro.

O presente artigo relata a experiência pedagógica desenvolvida na disciplina Teoria da Produção Habitacional, do curso de Arquitetura e Urbanismo, cuja ementa aborda o espaço da habitação em seus aspectos históricos, socioculturais e técnico-construtivos, a produção do espaço da habitação, a política urbana e a política habitacional, além da técnica, da divisão do trabalho e da cadeia produtiva do ambiente construído no Brasil. Como estratégia metodológica central, foi utilizada a plataforma digital Salvaguardas da Vida Cotidiana (2026), ferramenta colaborativa concebida para o registro da memória de luta cotidiana e coletiva de autoprodutores do espaço pelo direito de acessar a terra, a moradia, a cidade e a natureza.

Autoprodutores do espaço são compreendidos, nesse contexto, como sujeitos que produzem espaço cotidianamente, com o objetivo de promover melhorias nos lugares onde vivem e trabalham. Arquitetos, urbanistas e demais profissionais afins podem colaborar com essa luta ao produzir, na plataforma, informações técnicas que sejam efetivamente apropriadas pelos próprios autoprodutores. Essa inversão de papel — do técnico como registrador e colaborador da luta popular, e não apenas como projetista — constitui o cerne pedagógico da experiência relatada.

A memória cotidiana importa para a habitação porque é por meio dela que se tornam visíveis os processos de transformação arquitetônica e urbanística vividos por um lugar ao longo do tempo, as estratégias de acesso à moradia adotadas por seus moradores e as práticas de cuidado e resistência que garantem a permanência das famílias no território. Sem o registro dessa memória, corre-se o risco de naturalizar a exclusão socioespacial como um dado inevitável, em vez de reconhecê-la como resultado de disputas concretas pelo direito à cidade.

Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho é apresentar e analisar a prática pedagógica de entrevista narrativa, estudo territorial e preenchimento colaborativo da plataforma Salvaguardas da Vida Cotidiana, discutindo suas contribuições para a formação crítica dos estudantes de Arquitetura

e Urbanismo e para o registro de memórias de luta pela moradia em tipologias habitacionais de interesse social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica foi desenvolvida no âmbito da disciplina, do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo. Salvaguardas da Vida Cotidiana é uma prática pedagógica que integra o ensino de graduação às atividades de extensão na disciplina, cumprindo as diretrizes nacionais de curricularização da extensão. A disciplina Teoria da Produção Habitacional é realizada de forma virtual e assíncrona pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Canvas. A disciplina tem como ementa o espaço da habitação em seus aspectos históricos, socioculturais e técnico-construtivos; a produção do espaço da habitação; a política urbana e a política habitacional; e a técnica, a divisão do trabalho e a cadeia produtiva do ambiente construído no Brasil. Está organizada em três unidades — "Morar, residir, habitar: mudanças históricas, tipológicas e construtivas"; "A produção social da habitação", que aborda desde os cortiços e vilas operárias até os conjuntos habitacionais contemporâneos, a periferização da moradia e a produção habitacional de interesse social; e "Linguagem, técnica e divisão do trabalho", dedicada às produções privada e pública da habitação, à autoprodução e autogestão da moradia e ao papel do arquiteto-urbanista no canteiro e no desenho.

O objetivo geral da disciplina é debater, estudar e propor ações no âmbito do espaço da habitação em suas dimensões históricas, socioculturais e técnico-construtivas, da política urbana e habitacional e da técnica, divisão do trabalho e cadeia produtiva do ambiente construído no Brasil. Entre os objetivos específicos, destacam-se: capacitar o estudante para abordar o tema da habitação em suas dimensões históricas, socioculturais e técnico-construtivas; desenvolver a compreensão das relações entre política fundiária, política urbana e política habitacional na produção do espaço no Brasil; capacitar o estudante a avaliar alternativas e possibilidades contemporâneas de enfrentamento da questão habitacional; aprofundar a compreensão das relações entre técnica, divisão do trabalho e cadeia produtiva do ambiente construído; e municiar o estudante de instrumental teórico-crítico para refletir sobre o papel do arquiteto urbanista na cadeia produtiva da habitação e sobre sua própria produção arquitetônica.

A metodologia adotada articulou três frentes complementares: a entrevista narrativa com moradores de tipologias habitacionais de interesse social; o preenchimento colaborativo da plataforma digital Salvaguardas da Vida Cotidiana; e o estudo territorial da tipologia escolhida, incluindo sua localização na bacia hidrográfica, sua relação com centralidades urbanas e sua trajetória histórica. Essa combinação buscou aproximar o estudante da realidade concreta da autoprodução do

espaço, deslocando o olhar técnico de uma perspectiva puramente projetual para uma perspectiva de escuta, registro e valorização da memória popular.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O referencial teórico-metodológico que fundamenta esta prática pedagógica articula quatro eixos principais: a produção social da habitação, o direito à cidade, a memória e a resistência territorial, e o papel do arquiteto na produção habitacional autogerida.

3.1 Produção social da habitação

A compreensão da produção social da habitação no Brasil parte das contribuições de Bonduki (2011), que analisa as origens da habitação social no país a partir da articulação entre arquitetura moderna, legislação do inquilinato e difusão da casa própria, evidenciando como as políticas habitacionais brasileiras historicamente favoreceram determinados setores em detrimento das camadas populares. Complementarmente, Maricato (2014) discute o impasse da política urbana no Brasil, destacando os limites estruturais da produção habitacional baseada no modo capitalista de produção — limites que impedem, mesmo em contextos de forte demanda, a oferta de habitação de qualidade para todos. Nessa perspectiva, a produção habitacional de interesse social é compreendida não apenas como resultado de políticas públicas, mas como campo de disputa entre a lógica do mercado imobiliário, a ação do Estado e as estratégias de autoprodução popular.

3.2 Direito à cidade

O conceito de direito à cidade, formulado originalmente por Lefebvre (2001), fundamenta a compreensão de que o acesso à moradia não pode ser dissociado do acesso mais amplo aos bens, serviços e possibilidades que a cidade oferece. Para Lefebvre (2001), o espaço urbano é produzido socialmente, e sua apropriação — e não apenas seu consumo — constitui um direito coletivo dos habitantes. Rolnik (1988), em O que é cidade, complementa essa reflexão ao discutir os processos concretos de produção e apropriação do espaço urbano brasileiro, situando a questão habitacional dentro de uma disputa mais ampla pelo uso e pela gestão da cidade. Esses referenciais permitem interpretar as tipologias habitacionais estudadas não como casos isolados, mas como expressões locais de uma disputa estrutural pelo direito à cidade.

3.3 Memória, território e resistência

Para compreender as práticas espaciais de resistência presentes nos relatos dos moradores entrevistados, a prática pedagógica recorreu ao referencial de Marcelo Lopes de Souza (2010), que propõe uma tipologia de práticas espaciais insurgentes voltada a abranger a diversidade de manifestações empíricas de resistência popular. Segundo o autor,

> A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Significa, portanto, tanto a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, o mapa não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos, mas sim como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros. Neste sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz, fazendo. Uma cartografia praticada, que não seja apenas dos usos do espaço, mas também utilizável, de forma que ocorra a sincronia espaço-temporal, o que apoiaria, inclusive, o trabalho interdisciplinar (Ribeiro *et al*., 2001, p. 4).

Souza (2010) sistematiza seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes: a territorialização em sentido estrito, que consiste na apropriação e no controle do espaço por meio da presença física, como em ocupações e piquetes; a territorialização em sentido amplo, na qual direitos formais e regras espaciais impostas pelo Estado são desafiados por meio de símbolos provocativos, sem a presença física duradoura dos transgressores, a exemplo de ações clandestinas de grafitagem; a refuncionalização ou reestruturação do espaço material, isto é, a adaptação do substrato espacial a novas necessidades, seja por meio de intervenções físicas mínimas, seja por meio de reconstrução ou modificação mais profunda; a ressignificação de lugares, na qual a cultura, o simbolismo e o discurso operam como campos de batalha; a construção de circuitos econômicos alternativos, que envolve o desenvolvimento de alternativas ao mercado e às relações de produção capitalistas no que se refere à geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo; e, por fim, a construção de redes espaciais, entendida como estratégia multiescalar que integra diferentes experiências de resistência local ou regional, permitindo sinergias em termos de visibilidade pública, eficiência logística e solidariedade entre organizações e ativistas de diferentes lugares.

Essa tipologia foi utilizada como chave de leitura para identificar, nos relatos coletados junto aos moradores entrevistados, as diferentes formas de resistência cotidiana praticadas — desde manifestações e abaixo-assinados até formas mais sutis de reapropriação simbólica do território.

3.4 Papel do arquiteto

A discussão sobre o papel do arquiteto na produção habitacional autogerida se apoia nas reflexões de Bastos e Kapp (2006) sobre a autogestão como possibilidade de desenho emancipado, questionando o lugar tradicionalmente ocupado pelo técnico como detentor exclusivo do saber projetual. Nessa perspectiva, cabe ao arquiteto e urbanista atuar como colaborador da produção popular do espaço, oferecendo instrumental técnico que amplie a autonomia dos autoprodutores, e não como agente que substitui ou hierarquiza o conhecimento construído pelos próprios moradores ao longo de gerações.

Portanto, a produção habitacional, sob uma perspectiva crítica, deve ser compreendida como um processo social complexo em que o espaço não é apenas um receptáculo passivo, mas um produto que incorpora as relações sociais de produção e reprodução (Lefebvre, 2001). Cada sociedade e cada modo de produção produz seu próprio espaço, projetando relações sociais no terreno que, por sua vez, reage sobre elas, dialetizando a relação entre o suporte físico e as interações econômicas (Lefebvre, 2001). No sistema capitalista, essa produção é mediada pela transformação da habitação em mercadoria, o que exige a articulação de diversos agentes, como proprietários de terra, incorporadores imobiliários, construtores, trabalhadores da construção civil e o Poder Público.

Conforme esclarece Flávio Villaça (1986), a habitação apresenta peculiaridades, como o longo período de produção e consumo, que resultam em um ciclo de rotação do capital excepcionalmente extenso, expresso pela fórmula Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro valorizado (D-M-D') (Villaça, 1986). Para abreviar esse tempo e viabilizar a acumulação, torna-se indispensável a presença de agentes financeiros, que captam a poupança social para financiar a produção e o consumo da casa própria. Entretanto, essa lógica de mercado frequentemente exclui as classes subalternas, gerando o que se denomina espoliação urbana, em que a redução das condições de moradia e saneamento é utilizada como mecanismo para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho (Villaça, 1986).

Nesse cenário, as relações sociais de produção se transformam radicalmente na autoprodução e autogestão da moradia, em que o lucro cede lugar ao protagonismo do morador-autoprodutor (Boulos *et al*., 2018). Esse processo utiliza o mutirão e a ajuda mútua para garantir o direito à terra, à moradia e à cidade, constituindo o que se define como práticas espaciais insurgentes (Souza, 2010). O papel do arquiteto-urbanista, nesse contexto, desloca-se da concepção abstrata para uma assessoria técnica comprometida com a "cidade real", valorizando o "mundo da vida" dos moradores por meio de entrevistas narrativas (Jovchelovitch; Bauer, 2002). A prática pedagógica utiliza, então, uma cartografia da denúncia que funciona como ferramenta analítica e sustento da memória coletiva dessas

lutas cotidianas (Ribeiro *et al.*, 2001).

4 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA EXPERIÊNCIA

A experiência pedagógica foi estruturada em etapas sucessivas, combinando leitura teórica, entrevista narrativa, visita de campo e preenchimento colaborativo da plataforma digital. Como preparação teórica, os estudantes leram os capítulos 2 a 4 de O que todo cidadão precisa saber sobre habitação, de Flávio Villaça, que demonstra como a produção privada e pública de habitação, baseada no modo capitalista de produção, encontra limites estruturais que impedem a oferta de moradia de qualidade para toda a população; e o texto Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado?, de Bastos e Kapp (2006), que instrumentaliza teórico-criticamente o estudante para refletir sobre o papel do arquiteto urbanista na cadeia produtiva da habitação.

Em seguida, cada estudante escolheu, entre dez tipologias habitacionais de interesse social previamente estudadas, uma tipologia próxima à sua própria região de moradia, e selecionou um morador — preferencialmente um dos residentes mais antigos do lugar — para a realização de uma entrevista narrativa. A entrevista narrativa, fundamentada em Jovchelovitch e Bauer (2002), busca levantar a história da família no território, associada aos modos de vida, às estratégias de acesso à moradia e às práticas cotidianas de produção habitacional, permitindo que o próprio morador revele, por meio do relato, as transformações arquitetônicas e urbanísticas que o lugar sofreu ao longo do tempo.

A partir do relato coletado, e mediante autorização expressa do morador entrevistado, os dados foram inseridos em duas etapas na plataforma Salvaguardas da Vida Cotidiana.

4.1 Primeira etapa — “Nós (r)existimos na cidade!”

Na primeira etapa, cada estudante lançou, no mapa colaborativo “Nós (r)existimos na cidade!”, o relato do morador entrevistado, contemplando suas memórias sobre o lugar e sua transformação ao longo do tempo, bem como a história de luta para conquistar um lugar para viver e as melhorias promovidas pelo morador e por seus vizinhos na região onde moram. Após a inserção dos dados na plataforma, com a devida autorização do morador — inclusive quanto à eventual publicação do relato no perfil de Instagram do projeto —, os estudantes elaboraram uma apresentação com as telas preenchidas e postaram, em fórum específico da disciplina, a transcrição integral da entrevista realizada.

4.2 Segunda etapa — "Vocês, moradores, são valiosos para nós!"

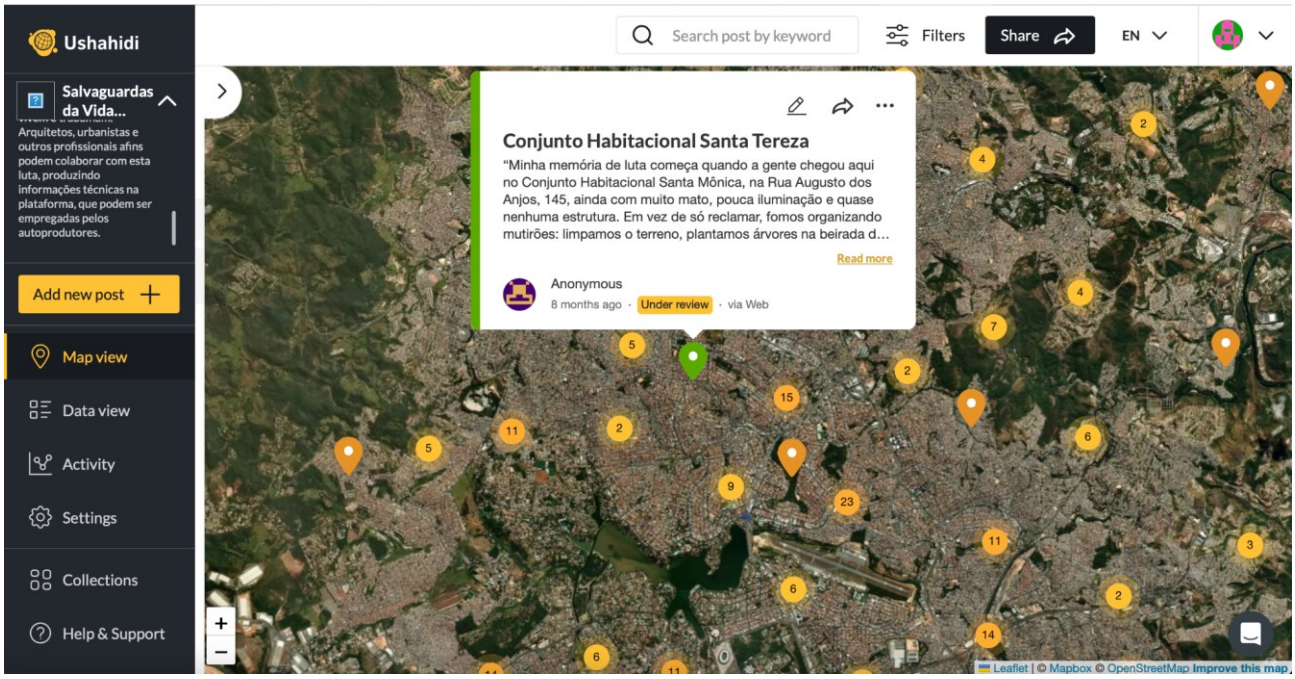
Na segunda etapa, considerando o relato já registrado, os estudantes preencheram o formulário mais detalhado do mapa "Vocês, moradores, são valiosos para nós!", referente a um único estudo de caso. Esse mapa colaborativo tem como finalidade permitir que arquitetos, urbanistas e demais especialistas aprofundem o registro das memórias de luta por moradia de moradores de vilas operárias, vilas particulares, cortiços, favelas, quilombos, loteamentos populares, ocupações urbanas e rurais, conjuntos residenciais, conjuntos habitacionais e complexos habitacionais autogeridos, entre outras tipologias. Para tanto, o especialista pode partir de uma história já registrada no mapa "Nós (r)existimos na cidade!", retomando contato com o morador para aprofundar o relato; de uma tipologia já inserida no próprio mapa "Vocês, moradores, são valiosos para nós!", ainda não totalmente investigada; ou de um movimento popular que mantenha práticas de cuidado com o território, como creches populares, bibliotecas populares, centros culturais populares, catação de materiais recicláveis, cuidado de áreas verdes e de cursos d'água.

Após a validação do preenchimento junto ao morador entrevistado, os estudantes registraram, no fórum da disciplina, os comentários dos moradores sobre a publicação de suas memórias de luta na plataforma, encerrando o ciclo de trabalho de campo com a avaliação do próprio sujeito entrevistado sobre o resultado final.

4.3 Formato de entrega

Como formato de entrega (figura 1), cada estudante preenche os formulários das pesquisas "Vocês, moradores, são valiosos para nós!" e "Nós (r)existimos na cidade!" diretamente na plataforma Salvaguardas da Vida Cotidiana, conforme orientações do cronograma da disciplina. As apresentações contendo os prints das telas preenchidas foram postadas em fórum específico, assim como os comentários de validação dos moradores entrevistados sobre o trabalho final.

Figura 1 - Cartografia virtual Salvaguardas da Vida Cotidiana



Fonte: Ushahide (202?).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência desenvolvida na disciplina *Teoria da Produção Habitacional* evidenciou que a articulação entre entrevista narrativa, leitura territorial e cartografia colaborativa ampliou as possibilidades de aprendizagem sobre a produção social da habitação. Mais do que aplicar conteúdos previamente trabalhados, os estudantes foram colocados diante de situações concretas de produção e transformação do espaço, tendo como ponto de partida as experiências, memórias e práticas cotidianas dos próprios moradores. Os resultados concentram-se, portanto, em três dimensões articuladas: aprendizagem, engajamento e formação crítica, interpretadas à luz dos referenciais que fundamentaram a experiência.

No âmbito da aprendizagem, a atividade favoreceu a articulação entre conteúdos teóricos e situações concretas. As contribuições de Bonduki (2011) e Maricato (2014) permitiram compreender a produção habitacional para além da provisão formal de moradias, situando-a nas relações entre Estado, mercado e estratégias populares de produção do espaço. Do mesmo modo, o conceito de direito à cidade, formulado por Lefebvre (2001), possibilitou compreender que o acesso à habitação não se reduz ao acesso à unidade residencial, mas envolve a apropriação dos bens, serviços e possibilidades produzidos socialmente na cidade. A experiência contribuiu, assim, para que conceitos como produção social da habitação, direito à cidade, segregação socioespacial, autoprodução e resistência territorial fossem mobilizados como instrumentos de interpretação das narrativas e dos territórios investigados.

A leitura territorial também constituiu uma dimensão importante da aprendizagem. A localização das experiências habitacionais e sua relação com características ambientais, topográficas e hidrográficas permitiram ampliar a compreensão da habitação para além dos limites da edificação. Essa leitura territorial permite compreender a relação da tipologia habitacional com os cursos d'água e com os condicionantes ambientais da região, considerando as contribuições de Carvalho (2001) para a compreensão das relações entre ocupação urbana, características geológicas e condicionantes geoambientais do sítio. A cartografia, por sua vez, foi compreendida não apenas como representação espacial, mas como instrumento de análise e de sustentação da memória dos sujeitos, em diálogo com a concepção de cartografia da ação social apresentada por Ribeiro *et al*. (2001).

A entrevista narrativa produziu uma aprendizagem particularmente relacionada à escuta e ao reconhecimento dos moradores como sujeitos produtores de conhecimento. Fundamentada em Jovchelovitch e Bauer (2002), a entrevista permitiu que os estudantes partissem das próprias narrativas dos moradores para compreender suas trajetórias de acesso à terra e à moradia, os modos de vida, as transformações realizadas na casa e no território e as estratégias de permanência. Dessa maneira, os estudantes puderam reconhecer que a produção habitacional não se restringe à edificação da moradia, mas envolve processos históricos, relações sociais e práticas cotidianas de apropriação e transformação do espaço.

Nesse processo, a memória da vida cotidiana aparece como dimensão constitutiva da própria luta pelo direito à terra, à moradia, à cidade e à natureza. O exercício proposto aos estudantes solicita que o morador registre uma passagem significativa de sua trajetória de luta e identifique práticas de cuidado realizadas no território, incluindo o cuidado com áreas verdes, nascentes, resíduos, quintais, hortas e espaços públicos, bem como a criação e manutenção de espaços de convivência, cultura, esporte e educação. Ao escutar essas experiências, o estudante é levado a reconhecer que ações aparentemente ordinárias podem expressar formas de resistência, permanência e produção coletiva do espaço.

Essa compreensão aproxima a memória das práticas espaciais de resistência discutidas por Souza (2010). As lutas territoriais não se expressam somente em manifestações públicas ou confrontos institucionais, mas também em práticas de territorialização, refuncionalização e ressignificação dos lugares, na construção de circuitos alternativos e de redes espaciais. A experiência pedagógica permitiu, portanto, que os estudantes identificassem, nas narrativas dos moradores, formas cotidianas de resistência que poderiam permanecer invisíveis quando analisadas apenas a partir dos registros formais da produção urbana.

A memória torna-se, nesse sentido, mais do que registro de acontecimentos passados: constitui uma prática de reconhecimento da luta cotidiana e das formas pelas quais os moradores produzem e

sustentam seus territórios. As pequenas ações de organização coletiva, o cuidado com espaços comuns, a manutenção de áreas ambientais, a transformação dos espaços de moradia e a mobilização para conquistar melhorias passam a ser compreendidos como parte da produção social do espaço. Essa leitura se aproxima da perspectiva de Lefebvre (2001), segundo a qual o espaço é produzido socialmente, e da discussão de Souza (2010) sobre as práticas espaciais por meio das quais sujeitos e coletivos disputam, apropriam-se e transformam o território.

A atividade possibilitou, assim, estabelecer uma relação entre memória, cuidado, organização coletiva e reivindicação de direitos. Ao sistematizar e espacializar essas experiências, a plataforma pode tornar visíveis práticas e demandas que permanecem dispersas ou pouco reconhecidas pelos instrumentos formais de planejamento. Os registros produzidos não constituem, por si mesmos, políticas públicas, mas podem oferecer subsídios para que as comunidades reconheçam e comuniquem suas experiências, fortaleçam processos de organização e reivindiquem políticas urbanas e ambientais capazes de apoiar práticas já existentes de cuidado, permanência e produção do território. Nessa perspectiva, a cartografia assume também a dimensão política indicada por Ribeiro *et al*. (2001), como instrumento de memória e de orientação da ação social.

Quanto ao engajamento, a escolha de territórios próximos às regiões de moradia dos estudantes contribuiu para aproximar a atividade de suas experiências cotidianas. A investigação de uma realidade territorial concreta, associada à possibilidade de produzir um registro destinado a integrar uma plataforma coletiva, ampliou o sentido da atividade para além da avaliação disciplinar. O estudante passou a participar de uma ação de documentação e valorização de memórias urbanas, articulando aprendizagem acadêmica e extensão. Essa dimensão é coerente com a própria concepção da disciplina, que integra ensino e extensão e busca capacitar o estudante a compreender alternativas contemporâneas de enfrentamento da questão habitacional e a refletir criticamente sobre seu papel na cadeia produtiva da habitação.

Do ponto de vista da formação profissional, a experiência contribuiu para problematizar o lugar tradicional do arquiteto e urbanista na produção habitacional. O contato com processos de autoprodução e com conhecimentos construídos pelos moradores permite compreender que a produção do espaço antecede e ultrapassa a intervenção do especialista. Essa reflexão dialoga diretamente com Bastos e Kapp (2006), para quem a autogestão pode constituir uma possibilidade de desenho emancipado e de questionamento do lugar tradicionalmente ocupado pelo técnico como detentor exclusivo do saber projetual. A experiência favoreceu, assim, uma concepção do trabalho técnico baseada na escuta, na colaboração e na qualificação de processos existentes, e não na substituição dos saberes produzidos pelos próprios moradores.

Uma das principais contribuições da experiência está, portanto, na possibilidade de deslocar

o estudante de uma posição predominantemente projetual para uma posição investigativa e colaborativa. A plataforma não funciona apenas como suporte para armazenamento de informações, mas como dispositivo pedagógico que articula memória, território, cuidado e formação profissional. Ao escutar e registrar as experiências dos moradores, o estudante passa a reconhecer que os territórios são também produzidos por práticas cotidianas de cuidado e por formas de organização coletiva que podem constituir referências para a atuação técnica. A cartografia social, nesse processo, deixa de ser apenas uma técnica de representação e aproxima-se da compreensão de Ribeiro *et al.* (2001) como instrumento analítico e suporte à memória e à ação social.

Entre as potencialidades identificadas está a possibilidade de ampliação da experiência para diferentes tipologias habitacionais e contextos territoriais, bem como sua articulação com outras disciplinas e áreas de conhecimento. A própria plataforma contempla diferentes formas de produção do espaço — vilas, cortiços, favelas, quilombos, loteamentos populares, ocupações, conjuntos habitacionais e experiências autogeridas —, permitindo sua utilização como instrumento continuado de ensino, pesquisa e extensão. Essa diversidade também pode favorecer a ampliação do repertório dos estudantes sobre as diferentes formas de produção social da habitação discutidas por Bonduki (2011) e Maricato (2014).

A experiência, contudo, apresenta limitações e desafios. A realização das entrevistas, o trabalho de campo, a sistematização das informações e a validação dos registros demandam tempo e acompanhamento pedagógico. Além disso, os resultados podem variar conforme a disponibilidade dos moradores, a capacidade dos estudantes de conduzir entrevistas e sua familiaridade com ferramentas de cartografia e registro. A natureza colaborativa da proposta exige, ainda, atenção às questões de autorização, representação e devolução das informações produzidas. Por fim, embora a experiência indique contribuições para a aprendizagem e o engajamento, esses efeitos não foram mensurados por instrumentos específicos de avaliação, o que recomenda cautela quanto à generalização dos resultados.

Os resultados permitem afirmar, portanto, que a experiência possui potencial para integrar formação teórica, investigação territorial, extensão e reflexão crítica sobre a atuação profissional. Sua principal contribuição pedagógica está menos na aquisição isolada de novas técnicas do que na transformação da maneira como o estudante se relaciona com o território e com os sujeitos que o produzem. Ao reconhecer a memória da vida cotidiana, as práticas de cuidado e as formas de organização coletiva como dimensões constitutivas da produção do espaço, a prática amplia a compreensão da habitação como fenômeno simultaneamente espacial, social e político. Em diálogo com Lefebvre (2001), Souza (2010), Ribeiro *et al.* (2001) e Bastos e Kapp (2006), a experiência contribui para uma formação em Arquitetura e Urbanismo capaz de reconhecer os moradores como

sujeitos produtores do espaço e de valorizar seus saberes e práticas como referências para a atuação técnica e para a construção de formas mais democráticas de reivindicação e produção da cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica relatada neste artigo, desenvolvida a partir do uso da plataforma Salvaguardas da Vida Cotidiana na disciplina Teoria da Produção Habitacional, cumpriu o objetivo de aproximar os estudantes de Arquitetura e Urbanismo das histórias de luta cotidiana e coletiva de autoprodutores do espaço pelo direito à terra, à moradia, à cidade e à natureza. A combinação entre entrevista narrativa, estudo territorial e preenchimento colaborativo de mapas digitais permitiu que os estudantes desenvolvessem, simultaneamente, competências técnicas de leitura territorial e cartografia social, e uma postura crítica quanto ao papel do arquiteto na cadeia produtiva da habitação.

Entre as principais contribuições da prática, destaca-se o registro de memórias de luta por moradia que, de outro modo, correriam risco de apagamento, seja pela pressão imobiliária, seja pela ausência de documentação oficial sobre a história desses territórios. Do ponto de vista formativo, a experiência evidenciou o potencial da entrevista narrativa e da cartografia social como instrumentos pedagógicos capazes de deslocar o olhar do estudante de arquitetura de uma perspectiva estritamente projetual para uma perspectiva de escuta e colaboração com a produção popular do espaço.

Como possibilidades de continuidade e aprimoramento da prática, sugere-se a ampliação do número de tipologias e territórios estudados, o aprofundamento do retorno aos moradores entrevistados, a criação de estratégias de acompanhamento das memórias e práticas registradas ao longo do tempo e a articulação da experiência com outras disciplinas e áreas de conhecimento do curso. Também se mostra pertinente avançar na sistematização e análise dos registros produzidos pelos estudantes, de modo a identificar recorrências, diferenças e potencialidades nas formas cotidianas de produção, cuidado e resistência presentes nos territórios. Esse processo poderá contribuir não apenas para consolidar a plataforma *Salvaguardas da Vida Cotidiana* como instrumento permanente de registro da memória urbana e de formação crítica em Arquitetura e Urbanismo, mas também para fortalecer o reconhecimento das práticas e dos saberes produzidos pelos moradores como conhecimentos capazes de subsidiar processos de organização coletiva, reivindicação de direitos e formulação de políticas urbanas e ambientais mais sensíveis às realidades territoriais. Nesse sentido, a continuidade da experiência pode ampliar a articulação entre ensino, extensão e produção compartilhada de conhecimento, fazendo da memória da vida cotidiana não apenas um registro do que foi vivido, mas uma prática de reconhecimento, resistência e construção do direito à cidade.

1 REFERÊNCIAS

BASTOS, Clarissa Maria Valgas; KAPP, Silke. Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO E IBERO-AMERICANO DE HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 2006, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v. 1.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2011.

BOULOS, Guilherme *et al*. Se morar é um direito, ocupar é um dever. *In*: PISEAGRAMA (org.). **Urbe urge**. Belo Horizonte: Piseagrama, 2018.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. **Geologia urbana para todos**: uma visão de Belo Horizonte. 2. ed. rev. Belo Horizonte: [*s. n*.], 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al*. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2001. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/view/281/91. Acesso em: 14 mar. 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 14-47, 2010. DOI: 10.36661/2448-1092.2010v7n11.12223. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12223. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2026.

USHAHIDE. **Salvaguardas da vida cotidiana**: mapa interativo. [*S. l.*]: Ushahide (202?). Disponível em: https://salvaguarda-vida-urbana.ushahidi.io/views/map. Acesso em: 9 out. 2026.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.